

**DOSSIÊ “GESTÃO EDUCACIONAL: DEBATES CONTEMPORÂNEOS”**

***DOSSIER “GESTIÓN EDUCACIONAL: DEBATES CONTEMPORÁNEOS”***

***DOSSIER "EDUCATIONAL MANAGEMENT: CONTEMPORARY DEBATES"***

Marcelo Siqueira Maia Vinagre MOCARZEL<sup>1</sup>  
Jorge NAJJAR<sup>2</sup>

O debate acerca da gestão educacional tem se intensificado nos últimos tempos, sobretudo no que diz respeito ao confronto entre os mecanismos de democratização e os modelos empresariais adotados pela educação pública. A partir desta interface, alguns questionamentos são inevitáveis. É possível um novo modelo de gestão para escolas, universidades e sistemas de ensino? Qual o papel da participação e da liderança nesse novo modelo? Como a gestão pauta (e é pautada pelas relações institucionais que se constroem no cotidiano)? Que programas, órgãos, agentes interferem na gestão da educação básica e da educação superior?

Este dossiê, organizado pelos professores doutores Marcelo Maia Vinagre Mocarzel e Jorge Najjar, respectivamente pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas em Educação da Universidade Federal Fluminense (NUGEPPE/UFF/CNPq), reúne artigos sobre a gestão em educação, contemplando uma multiplicidade de enfoques e perspectivas teórico-metodológicas que enriquecem e aprofundam o debate sobre a temática.

O primeiro artigo, “Gestão e democratização da escola: desafios e possibilidades de uma construção coletiva”, de Elisangela da Silva Bernado, Amanda Moreira Borde e Leonardo Meirelles Cerqueira refaz o percurso histórico da gestão escolar na literatura especializada, destacando o papel dos colegiados e da participação dos profissionais na

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói – RJ – Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Políticas Públicas em Educação da Universidade Federal Fluminense (NUGEPPE/UFF/CNPq). Docente UnilaSalle. E-mail: marcelomocarzel@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói – RJ – Brasil. Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFF. Coordenador do NUGEPPE/UFF/CNPq. E-mail: jorgenajjar@gmail.com.

construção do projeto político-pedagógico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, que estabelece parâmetros teóricos para a compreensão do tema.

O debate legal e conceitual sobre a gestão educacional é o objeto do artigo “A gestão educacional e a qualidade educacional na LDB: medidas e padrões (nem sempre) congruentes”, de Pablo Silva Machado Bispo dos Santos. O autor aponta inconsistências nos próprios textos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que suscitam desconfiânças e contradições no que tange à implementação no âmbito das políticas educacionais voltadas para a gestão educacional.

Jardelino Menegat, Dirleia Fanfa Sarmento e Mary Rangel fazem um complexo levantamento acerca dos indicativos de qualidade a partir da gestão da educação. Em “O direito à educação de qualidade e suas decorrências para a gestão escolar”, os autores elencam condições indispensáveis à efetivação da qualidade educacional, como a gestão democrática, a equidade, a diversidade, a formação, valorização e qualificação profissional, entre outros, com base em documentos nacionais e internacionais que tratam do tema.

Em seguida, Daniela Patti do Amaral faz uma inovadora pesquisa sobre a ação do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro (MP) para a regulamentação da gestão democrática nos municípios fluminenses. O artigo “A regulamentação da gestão democrática e a ação do Ministério Público: desdobramentos no estado do Rio de Janeiro” traz uma inédita contribuição ao campo, propondo inclusive o acompanhamento dos processos de regulamentação da gestão democrática como resultado de pesquisa.

Na sequência, o artigo “Educação escolar e gestão democrática do ensino: perspectivas”, de Máximo Augusto Campos Masson e Maria Teresa Vianna Van Acker, discute a gestão do ensino a partir da escola, enquanto instituição social. Baseado em um denso arcabouço teórico, o texto trata de questões como o acesso das classes subalternas à escola e o conservadorismo crescente frente aos mecanismos de democratização do ensino.

Ainda nesta temática, Lucília Augusta Lino e Karine Vichielt Morgan fazem um interessante apanhado das disputas sobre as concepções de gestão democrática travadas nas Conferências de Educação e consolidadas no documento final da CONAE de 2010, frente aos sentidos estabelecidos na meta 19 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O artigo “Do documento final da Conae ao Plano Nacional de Educação: uma

análise da meta 19” traz como pano de fundo as contradições oriundas da sociedade sobre o que é gestão democrática.

Os dois próximos artigos têm como objeto a gestão de programas de educação em tempo integral. Em “Gestão democrática na escola: a participação no contexto da prática de um programa de educação em tempo integral”, Janaína Specht da Silva Menezes e Rozineide Souza Brasil partem de um estudo de caso em uma escola em Belém, Pará, para debaterem a gestão democrática e a participação no Programa Mais Educação. Foram utilizadas entrevistas com participantes do programa, cujo conteúdo é analisado no texto.

Já Elisângela Maria Pereira Schimonek e Theresa Adrião, em “A gestão dos programas Mais Educação e Escola a Tempo Inteiro: uma análise de políticas para a educação em tempo integral” fazem um estudo comparado entre Brasil e Portugal e os respectivos modelos de gestão dos programas de fomento à educação em tempo integral. A partir do recorte temporal de 2008 a 2013, as autoras destacam o papel do setor privado no compartilhamento, com o setor público, da gestão dos programas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de fontes primárias e secundárias.

Em “A reforma do Ensino Médio: novos desafios para a gestão escolar, Marcelo Maia Vinagre Mocarzel, Angelina Accetta Rojas e Maria de Fátima Barros Pimenta dialogam sobre a imposição não planejada feita pelo ordenamento legal do novo Ensino Médio, aos gestores escolares, sem que hajam os recursos necessários para a mudança. O artigo faz uma análise dos principais artigos da reforma que alteraram a LDB, destacando a gestão da carga horária em articulação com a Base Nacional Comum Curricular.

Nesta mesma perspectiva, dois artigos tratam de novos modelos de gestão em redes de ensino, baseados em conceitos como eficiência e eficácia. Sheila Santos de Oliveira e Miriam Fábria Alves, em “A reforma da gestão das redes estaduais de Goiás e do Rio de Janeiro sob a égide da Nova Gestão Pública” apontam para as consequências enfrentadas pelas escolas a partir das reformas nos modelos de gestão dos sistemas de ensino dos dois estados, destacando o controle do trabalho docente, impactado pela avaliação, responsabilização e bonificação.

No texto “A gestão da educação fluminense e as implicações no modelo gerencialista”, Silvana Malheiro do Nascimento Gama e Jorge Najjar tratam especificamente do gerencialismo, enquanto modelo proposto de gestão das escolas, implementado a partir de reformas inspiradas no setor privado. A pesquisa analisa a

GIDE – Gestão Integrada da Escola – programa proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para a gestão com foco em resultados.

Ainda sobre a gestão do trabalho docente, Omar Cabrales Salazar apresenta um panorama sobre os novos modelos de gestão universitária experimentados na Colômbia. Em “Os novos modelos de gestão em universidades e trabalho docente na Colômbia”, o autor indica que, a partir de uma perspectiva teórica referenciada no Capitalismo Cognitivo, novas determinações têm sido impostas aos docentes universitários a partir de uma lógica empresarial.

A gestão da educação superior é também objeto de pesquisa de Ana Christina Celano Teixeira, Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley e Fátima Bayma de Oliveira. No trabalho “A gestão centro-periferia na internacionalização de mestrados executivos”, os autores trazem à tona a imposição de modelos anglo-saxões na gestão do conhecimento, desconsiderando, muitas vezes, as questões locais e desvalorizando as vozes de países periféricos. A abordagem do texto é crítica em relação a esse modelo importado, buscando uma internacionalização dos programas de pós-graduação mais dialógica e menos impositiva.

Por fim, Igor Vinicius Lima Valentim mergulha no interior da universidade para analisar as relações que ali se constituem. Tendo como método a autoetnografia, o artigo “Entre naturalizações e desassossegos: educando para tolerar o intolerável?” questiona a lógica vigente na academia, baseada em naturalizações de comportamentos que trazem riscos a estudantes, docentes e técnicos, questionando os atuais modos de gerir a universidade e o que eles estimulam, no bojo das relações subjetivas e micropolíticas.

Convidamos os leitores e leitoras a se aprofundarem em debates contemporâneos e profundos sobre a gestão educacional, em uma pletera de textos produzidos por importantes pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras. São artigos provenientes de pesquisas sérias, comprometidas com a transformação da educação e, conseqüentemente, da sociedade.

**Submetido em:** 04/10/2017

**Aceito em:** 14/12/2017